

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

ANEXO

### Gabinete do Ministro

#### Curriculum vitae

**Portaria n.º 302/2005 (2.ª série).** — O coronel de infantaria NIM 02624678 José António Abranches do Amaral desempenha as funções de director do Projecto do Sistema Integrado de Gestão no Ministério da Defesa Nacional desde 1 de Setembro de 2003.

A sua escolha regeu-se então pelas evidentes qualidades profissionais, morais e humanas que o coronel José Amaral evidenciou enquanto director de serviços da DSOSI, bem como pelo profundo conhecimento dos assuntos relacionados com as tecnologias e sistemas de informação.

Ao longo do período em que vem exercendo o cargo de director de projecto, foram notórios o empenho permanente, a dedicação exclusiva e a total disponibilidade, manifestando sempre uma insuperável capacidade de gestão e liderança na forma como preparou e tem conduzido este projecto.

A elevadíssima carga horária e a necessidade colocada a si próprio de um permanente acompanhamento de todos os assuntos relacionados com a gestão deste projecto em simultâneo com a liderança da equipa de sistemas de informação e tecnologias de informação responsável pela reformulação de toda a organização e reorganização tecnológica da Defesa são apenas algumas das actividades que exemplificam a forma dedicada e eficiente que colocou ao serviço deste Ministério.

Cumprir-me, em consciência, realçar a forma competente, visionária e determinada como o coronel José Amaral tem conduzido todo este projecto, contribuindo de forma eficaz e eficiente para dotar todo o Ministério da Defesa Nacional de um Sistema Integrado de Gestão que permita dar cabal satisfação ao exercício das competências ministeriais consagradas na Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Por tudo isto, é da mais elementar justiça louvar o coronel de infantaria José António Abranches do Amaral e, assim, dar público testemunho do meu apreço e gratidão pelos elevados serviços prestados como director de projecto do Sistema Integrado de Gestão, na forma insuperável como tem conduzido o projecto e pela conduta leal, competente e de extremo sacrifício pessoal com que sempre pautou o seu empenho, donde resultou honra e lustre para a Defesa Nacional, as Forças Armadas e para o País, pelo que classifico os serviços prestados como extraordinários, relevantes e distintíssimos.

Assim, manda o Governo, pelo Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, nos termos dos artigos 13.º e 14.º e do n.º 1 do artigo 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecorar o coronel de infantaria José António Abranches do Amaral com a medalha de ouro de serviços distintos.

28 de Fevereiro de 2005. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

**Despacho n.º 5737/2005 (2.ª série).** — Considerando que, com a entrada em vigor, em 14 de Setembro de 2004, da lei orgânica da Polícia Judiciária Militar, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 200/2001, de 13 de Julho, cessaram todas as comissões de serviço do pessoal provido em cargos dirigentes e equiparados da Polícia Judiciária Militar;

Considerando que o cargo de subdirector da Polícia Judiciária Militar se encontra por prover;

Considerando a reconhecida competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação do nomeado para o exercício do cargo, as quais resultam evidentes da nota curricular publicada em anexo:

Nos termos das disposições conjugadas da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 18.º e do artigo 20.º, ambos do Decreto-Lei n.º 200/2001, de 13 de Julho, do n.º 3 do artigo 2.º e dos n.ºs 3 e 5 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino o seguinte:

1 — É nomeado o coronel Vítor Manuel Gil Prata para exercer, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o cargo de subdirector da Polícia Judiciária Militar.

2 — Considerando a data de passagem à reserva, o ora nomeado assumirá funções a partir de 9 de Dezembro de 2004.

7 de Dezembro de 2004. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Gil Prata (Vítor Manuel) nasceu em 27 de Março de 1956, em Lisboa. Coronel de infantaria, com a especialidade de pára-que-dista, ingressou na Academia Militar em 1976, onde se licenciou em Ciências Militares; em 1981 ingressou no Corpo de Tropas Pára-Quedistas, onde desempenhou funções nas áreas de instrução, comando, estado-maior e segurança; em 1985 frequentou o curso de promoção a Capitão, na Escola Prática de Infantaria; em 1989 frequentou o curso de promoção a Oficial Superior, no Instituto de Altos Estudos Militares; em 1992 frequentou o curso de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares; de 1993 a 1998 esteve colocado no Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública, desempenhando funções de chefe da Repartição de Informações e de director de Ética e Disciplina Policial. Durante esta comissão de serviço integrou o grupo de planeamento do Gabinete de Planeamento e Coordenação de Combate à Droga do Ministério da Justiça e a Unidade de Coordenação e Intervenção Conjunta/Nacional, também no âmbito do combate à droga; desempenhou ainda funções docentes na Escola Superior de Polícia. Em 1995 licenciou-se em Direito, pela Universidade Autónoma de Lisboa; em 2002 fez um curso de pós-graduação sobre problemas jurídicos da droga e da toxic dependência na Faculdade de Direito de Lisboa; ainda em 2002-2003, fez um curso de pós-graduação em Criminologia na Universidade Lusíada; em 2004 terminou a fase curricular do mestrado em Estratégia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. De 1998 a 2002 esteve colocado no Serviço de Informações de Segurança, desempenhando as funções de director regional em Faro (Algarve). Durante esta comissão de serviço, integrou o Gabinete Coordenador de Segurança Distrital de Faro e foi membro permanente da Comissão Aeroportuária de Facilitação e Segurança, do Aeroporto Internacional de Faro. De 2002 a 2004 esteve colocado no Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares, desempenhando as funções de director-geral-adjunto. Durante esta comissão foi representante permanente deste Serviço na Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo.

### Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

**Despacho (extracto) n.º 5738/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 14 de Fevereiro de 2005 do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes:

Anabela Alexandrino Fernandes Duarte Machado Correia Ribeiro, técnica profissional de 1.ª classe — autorizada a renovação da licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 16 de Maio de 2005.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

### MARINHA

#### Direcção-Geral da Autoridade Marítima

**Despacho n.º 5739/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do despacho, do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), n.º 11 023/2004, de 22 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 23 de Novembro de 2004, e de acordo com o estabelecido no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 349/85, de 26 de Agosto, e no artigo 8.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março, subdelego no director do Instituto de Socorros a Náufragos, capitão-de-mar-e-guerra RES António Manuel da Cruz Tavares Meyrelles, a competência para autorizar as deslocações normais de serviço por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respectivas ajudas de custo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 27 de Janeiro de 2005, ficando, por este meio, ratificados os actos entretanto praticados.

25 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral, *Luís da Franca de Medeiros Alves*, vice-almirante.